

A CONTRIBUIÇÃO DA GOVERNANÇA PARA A MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Praia, Setembro 2014



SUMÁRIO

- ❖Breve caracterização do Tribunal de Contas de Cabo Verde
- Princípios constitucionais que enformam a boa governança
- ❖Os desafios programáticos do Governo de Cabo Verde em matéria de Boa Governança
- ❖Principais pontos de reflexão de uma forma geral
- ❖Principais conclusões o caso de Cabo Verde



BREVE CARATERIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE

- ❖Criação: É uma instituição quase centenária que vigora desde 1919.
- **❖Consagração constitucional:** Só passou a ter respaldo constitucional, como entidade de controlo jurisdicional verdadeiramente independente, em 1992 (art.º214ºda CRCV).
- ❖Mandato: Órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento de contas. A Constituição fixa, expressamente, a duração e a forma de cessação de mandato dos seus Juízes e impôs a regulamentação, por lei, da sua organização, composição, competência e funcionamento (art.º219º da CRCV).



PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE ENFORMAM A BOA GOVERNANÇA

A boa governança pressupõe, inequivocamente, um sistema eficaz de controlo e regulação interno e externo, baseado nos seguintes princípios (artigos 1º,2º,7º, 93º 94º, 219º, e 240º da CRCV):

- Proporcionalidade
- **⇔Justiça**
- **❖Transparência**
- **⇔Boa fé e**
- ❖Prestação de contas



RECURSOS ESTRATÉGICOS ELEITOS PELO GOVERNO DE CABO VERDE PARA A TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS

- ❖Observância das regras do jogo democrático;
- ❖O cumprimento da Constituição da República;
- O respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos;
- **❖A promoção da boa governação**



PRINCIPAIS PONTOS DE REFLEXÃO - ABORDAGEM GENÉRICA -

- **❖Impacto no desenvolvimento económico**
- **❖Importância da efetivação da responsabilidade**
- *Reforço da confiança dos cidadãos perante o Estado
- **❖** Avaliação do mérito da gestão e dos resultados
- ❖Utilização das auditorias como instrumento privilegiado de avaliação
- ❖ Alteração do paradigma do mero controlo da legalidade e regularidade



PRINCIPAIS CONCLUSÕES — O CASO DE CABO VERDE

- ❖Privilegiar a avaliação do mérito da gestão e dos programas e políticas públicas
- **❖Evoluir de um controlo formal para um controlo substancial**
- **❖Reformar o Tribunal de Contas para um Tribunal de Boa Governança**
- ❖Respeitar os princípios que devem nortear a qualificação de Boa Governança
- ❖Responsabilizar os gestores pela má gestão da coisa pública

